

## PLANO DE ATIVIDADES

<b>PLANO DE DISCIPLINA- ATIVIDADES ACADÊMICAS REMOTAS</b>			
<b>NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</b>	<b>CÓDIGO</b>	<b>CHT:</b>	<b>TEÓRICA: 60</b>
CONTROLADORIA E GESTÃO PÚBLICA	VCO00022	PRÁTICA:	ESTÁGIO:
<b>DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE CURSO RESPONSÁVEL PELA DISCIPLINA: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS – VCO</b>			
<b>CURSO(S) PARA O(S) QUAL (IS) A DISCIPLINA É OFERECIDA: CIÊNCIAS CONTÁBEIS</b>			
<b>ATIVIDADES ACADÊMICAS REMOTAS</b>			
<b>1</b>	18h de aulas síncronas explanatórias utilizando o Google Meet via Google Classroom sobre o conteúdo disponível no plano de ensino de atividades acadêmicas remotas da disciplina.		
<b>2</b>	2h reservadas para sanar dúvidas por chat do Google Classroom.		
<b>3</b>	4h para atendimento offline via e-mail para sanar possíveis dúvidas sobre conteúdo e atividades propostas.		
<b>4</b>	18h para leitura do material proposto e resolução de listas de exercícios.		
<b>5</b>	14h para elaboração de trabalhos propostos (seminário, dissertação).		
<b>6</b>	4h para a avaliação online estruturada por questionários equivalentes a P1 e VS.		
<b>AMBIENTES VIRTUAIS INSTITUCIONAIS USADOS (EX.GOOGLE CLASSROOM, PLATAFORMA CEAD- MOODLE)</b>			
Google Classroom			
<b>FERRAMENTAS DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO (EX. E-MAIL, SITES, REDES SOCIAIS, ENTRE OUTRAS)</b>			
E-mail			
<b>AVALIAÇÃO FORMATIVA (EX. PORTFÓLIO, FÓRUMS, LISTA DE EXERCÍCIOS E TESTES, ESTUDO DE CASO, DEBATES, RESENHAS, ENTRE OUTRAS)</b>			
Listas de exercícios; seminário, dissertação e avaliação online estruturada por questionários.			
<b>ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PARA ATENDER ESTUDANTES QUE NÃO TÊM ACESSO DIGITAL ADEQUADO OU APRESENTAM ALGUMA NECESSIDADE ESPECIAL</b>			
Será verificado cada caso pontualmente em conjunto com a Direção do ICBS e das instâncias superiores da UFF. E com o Setor de Apoio Educacional, caso haja necessidade.			
<b>REFERÊNCIAS DISPONÍVEIS ONLINE</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• ARAÚJO, Jamille Carla Oliveira et al. Controladoria na gestão pública: um estudo na unidade de controle interno (UCI) do município de Castanhal sob a ótica da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)/Controllershship in public management: a study in the internal control unit (ICU) of the municipality of Castanhal from the perspective of the Fiscal Responsibility Law (LRF). Brazilian Journal of Development, v. 4, n. 7, p. 3755-3772, 2018. Disponível em: <a href="http://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/397">http://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/397</a></li> <li>• Avaliação de políticas públicas : guia prático de análise ex ante, volume 1 / Casa Civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília : Ipea, 2018. Disponível em: <a href="https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/auditoria-e-fiscalizacao/arquivos/guia-analise-ex-ante.pdf">https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/auditoria-e-fiscalizacao/arquivos/guia-analise-ex-ante.pdf</a></li> <li>• BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Guia da Política de Governança Pública. Brasília: Casa Civil, 2018. 86p. Disponível em: <a href="http://www.casacivil.gov.br/central-de-conteudos/downloads/guia-da-politica-degovernanca-publica">http://www.casacivil.gov.br/central-de-conteudos/downloads/guia-da-politica-degovernanca-publica</a>.</li> <li>• BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: &lt; <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado</a>.</li> <li>• BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25/02/1967. Dispõe sobre a Organização da Administração Federal, Estabelece Diretrizes para a Reforma Administrativa e Dá Outras Providências. Disponível em: &lt; <a href="http://www.planalto.gov.br">http://www.planalto.gov.br</a>.</li> <li>• BRASIL. Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000. Estabelece Normas de Finanças Públicas Voltadas para a Responsabilidade Fiscal e Dá Outras Providências. Disponível em: &lt; <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm</a></li> <li>• BRASIL. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm</a></li> <li>• BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm</a></li> </ul>			

- BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos Indicadores – Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública/ Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Coordenação de documentação e Informação – Brasília: MP, 2018. Disponível em: <http://www.gespublica.gov.br/content/indicadores-orienta%C3%A7%C3%B5es-b%C3%A1sicas-aplicadas-%C3%A0-gest%C3%A3o-p%C3%BAblica>
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Indicadores - Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Coordenação de Documentação e Informação – Brasília: MP, 2012. Disponível em: [http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/indicadores\\_orientacoes\\_basicas\\_aplicadas\\_a\\_gestao\\_publica.pdf](http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/indicadores_orientacoes_basicas_aplicadas_a_gestao_publica.pdf)
- BRAVO, Maria Inês Souza; CORREIA, Maria Valéria Costa. Desafios do controle social na atualidade. Serviço Social & Sociedade, n. 109, p. 126-150, 2012. Disponível em: [scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282012000100008&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282012000100008&script=sci_abstract&tlng=pt)
- Controle Interno Estrutura Integrada - Sumário Executivo (2013). Disponível em: [http://www.auditoria.mpu.mp.br/bases/legislacao/COSO-I-ICIF\\_2013\\_Sumario\\_Executivo.pdf](http://www.auditoria.mpu.mp.br/bases/legislacao/COSO-I-ICIF_2013_Sumario_Executivo.pdf)
- CRUMPTON, Charles David et al. Avaliação de políticas públicas no Brasil e nos Estados Unidos: análise da pesquisa nos últimos 10 anos. Revista de Administração Pública-RAP, v. 50, n. 6, 2016. Disponível em: [https://www.scielo.br/pdf/rap/v50n6/pt\\_0034-7612-rap-50-06-00981.pdf](https://www.scielo.br/pdf/rap/v50n6/pt_0034-7612-rap-50-06-00981.pdf)
- DA SILVA, Pedro Gabriel Kenne. O papel do controle interno na administração pública. ConTexto, v. 2, n. 2, 2002. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/11555>
- DE CARVALHO FERREIRA, Glinton José Bezerra. Governança Corporativa aplicada ao Setor Público: O Controle Interno como um dos núcleos de implementação. Revista Controle: Doutrinas e artigos, v. 14, n. 1, p. 39-73, 2016. Disponível em: <https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/315>
- DE OLIVEIRA JÚNIOR, Nilson José; JÚNIOR, Oswaldo Demóstenes Lopes Chaves; DE SALES LIMA, Mariomar. A controladoria nas organizações públicas municipais: um estudo de caso. Revista Universo Contábil, v. 5, n. 1, p. 38-54, 2009. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/1078>
- DECRETO Nº 9.203, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/ministerio-da-defesa/2-uncategorised/51018-governanca>.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público, v. 56, n. 2, p. 137, 2005. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/222>
- LIMA, Liliane Chaves Murta de. Controle Interno na Administração Pública como um Instrumento de Accountability. Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União, Brasília, 2012. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A24F0A728E014F0B2415387225>
- LOBO, F. S. de G.; COSTA, A. D. J. B. (2015). Prestação de Contas: Estudo Comparativo no Setor Público. Gestão Pública: Práticas e Desafios-ISSN: 2177-1243, 6(2). Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaopublica/article/view/1863>
- LUNKES, Rogério João; SCHNORREBERGER, Darci; ROSA, Fabricia Silva da. Funções da Controladoria: uma análise no cenário brasileiro. Revista Brasileira de Gestão de Negócios, v. 15, n. 47, p. 283-299, 2013. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1806-48922013000200283&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1806-48922013000200283&script=sci_abstract&tlng=pt)
- Manual de Tomada de Contas Especial do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União Secretaria Federal de Controle Interno, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/tomadas-de-contas-especiais>
- MARQUES, Maria da Conceição da Costa. Aplicação dos princípios da governança corporativa ao setor público. Revista de Administração Contemporânea, v. 11, n. 2, p. 11-26, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rac/v11n2/a02v11n2.pdf>
- MELLO, Fabiano Gusmão et al. Metodologia de Gestão de Riscos da CGU: Manual. 2018. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/41820>
- OLIVEIRA JÚNIOR, N. J.; CHAVES JÚNIOR, O. D. L.; LIMA, M. S. A controladoria nas organizações públicas municipais: um estudo de caso. Revista Universo Contábil, v. 5, n. 1, p. 38-54, 2009. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/6186/a-controladoria-nas-organizacaoes-publicas-municipais-um-estudo-de-caso>.
- RUA, Maria das Graças. Avaliação de políticas, programas e projetos: notas introdutórias. Brasília: ENAP, 2000. Disponível em: <http://antigo.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fUFAM-MariadasGraAvaliaPol.pdf>
- SCLIAR, Wremyr. Controle externo brasileiro: poder legislativo e tribunal de contas. Revista de informação legislativa, v. 46, n. 181, p. 249-275, 2009. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/194906>
- TCE emite parecer prévio contrário à aprovação das contas 2018 do Governo. Disponível em: [https://www.tce.rj.gov.br/todas-noticias/-/asset\\_publisher/SPJsTI5LTiyv/content/tce-emite-parecer-previo-contrario-a-aprovacao-das-contas-2018-do-governo](https://www.tce.rj.gov.br/todas-noticias/-/asset_publisher/SPJsTI5LTiyv/content/tce-emite-parecer-previo-contrario-a-aprovacao-das-contas-2018-do-governo)
- TREVISAN, Ronie et al. Criação de um modelo de indicadores contábeis para avaliar a gestão financeira em Prefeituras Municipais. Pensar Contábil, v. 11, n. 43, 2008. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnAPG302.pdf>

- ZAMPARETTI, Aloísio de Freitas. O controle externo da Administração Pública exercido pelo Tribunal de Contas da União–TCU. 2009. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/o-controle-externo-da-administracao-publica-exercido-pelo-tribunal-de-contas-da-uniao-tcu.htm>

*Elen Maiara dos Santos Reis Ramos*

Profª Elen Maiara dos Santos Reis Ramos –  
SIAPE 1319400  
DATA 21 / 08/ 2020

Prof. \_\_\_\_\_ - SIAPE  
DATA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[Instrução de Serviço PROGRAD nº 10/2020, de 28 de julho de 2020](#)